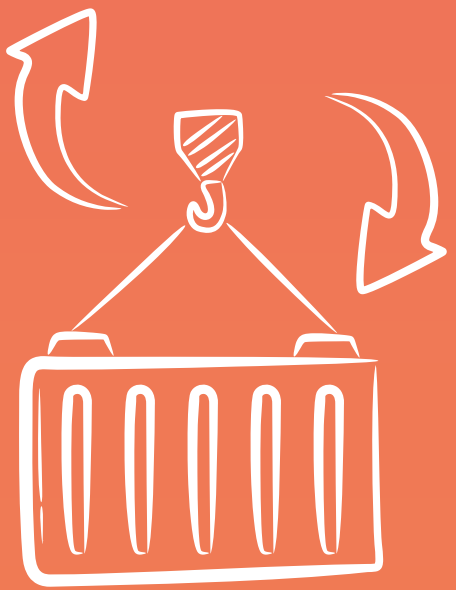
O acordo Mercosul-UE e seus efeitos positivos para o Brasil

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Mestre e doutora pela FGV EPGE. Presidente da MSGas e presidente da ABDE. Foi secretária adjunta da SEAE/MF, conselheira do Cade e secretária da Fazenda, Planejamento e Orçamento de Goiás



As projeções de crescimento do PIB global para 2025 e 2026, de acordo com o Banco Mundial,[1] são de 2,7% para ambos os anos, mostrando resiliência da atividade econômica diante do **novo cenário geopolítico mais protecionista, unilateral e intervencionista**. Surpreendeu, pois as incertezas aumentaram com o abalo da *ordem internacional*[2] que prevalecia desde a Segunda Guerra Mundial. Mesmo imperfeita, essa ordem garantiu rotas comerciais mais abertas, sistema financeiro mais estável, maior segurança coletiva e implementações de instituições globais.[3] **Como o acordo Mercosul-UE (re)nasceu, quais seriam suas implicações para o Brasil?**

Antes, vale contextualizar. Donald Trump, no seu **primeiro mandato** (2017-2021), reviu algumas visões até então sedimentadas, como passar a proteger os EUA da China e dar fim ao financiamento pelos EUA à segurança europeia. Essas agendas parecem ser de ambos os partidos e, por isso, devem persistir no tempo. Foi em **abril de 2025, no seu segundo mandato**, contudo, que Trump tomou **rígidas medidas de coerção econômica e militar, dando uma trégua à globalização** descrita em *O Mundo É Plano,* de T. Friedman.[4] Não por menos, as tarifas médias de importação dos EUA passaram de 2,5% para 17-19%[5] e os EUA saíram de 66 organizações internacionais.

O protecionismo, na verdade, virou arma de coerção geopolítica e houve respostas dos países à chacoalhada de Trump. A China, país mais afetado pelas medidas, por um lado, redirecionou suas exportações. Mesmo vendendo 30% a menos para os EUA, em 2025, apresentou superávit comercial acima de US$ 1 trilhão. Por outro lado, o país anunciou restrições às exportações de produtos relacionados a terras raras ao Japão, um rival histórico; e o México, para agradar Trump, impôs tarifaço à China, aos demais países asiáticos e ao Brasil. As camadas tectônicas do comércio global, assim, ainda mexem. O problema é que o "tiro pode (e deve) sair pela culatra". Como lembrou Gita Gopinath,[6] para o Reino Unido, a saída do Brexit teve efeito negativo pequeno no curto prazo, mas, depois de 10 anos, o efeito foi devastador, com o PIB crescendo 8% aquém do que ocorreria se o Reino

Unido não tivesse saído da UE. Um desastre anunciado.

Se for somada à guerra tarifária de Trump, à invasão da Rússia na Ucrânia, aos conflitos no Oriente Médio, ao crescimento robusto de países como Índia e Polônia, e à demanda crescente por minerais críticos, por energia e por terras raras decorrentes, também, das novas tecnologias potencializadas com o uso de IA, pode-se dizer que o **acordo Mercosul-UE se justifica, principalmente, para ter um posicionamento global estratégico dos 31 países e para garantir maiores níveis de segurança e previsibilidade**. Não existe vácuo geopolítico, e todos precisam se mover. Ficar parado não é uma opção. Conforme advertiu o primeiro-ministro canadense, Mark Carney, "grupos de nações precisam se juntar. Se não estivermos na mesa, seremos o cardápio".

A **nova geopolítica foi, dessarte,** o empurrão necessário para o acordo ser desengavetado. **Iniciado há 26 anos e 6 meses,** o **Acordo Comercial, Político e de Cooperação Mercosul-UE foi aprovado em 9/1/2026** por 21 países, de 27 que compõem o Conselho Europeu,[7] ostentando seis votos a mais do que o necessário e representando mais de 65% da população do bloco. Um sucesso. Recordar-se com regozijo que, em 1999, o euro acabara de ser instaurado, uma onda democrática se espalhara pelo mundo, e a Polônia, a Hungria e a República Checa aderiam à Otan. **O acordo é o maior do gênero,**[8] **portanto histórico**. Este engloba 722 milhões de pessoas, um PIB de US$ 26 trilhões (1/4 do PIB mundial) e 85% da atividade econômica entre os dois blocos. A UE, vale dizer, é um dos principais investidores estrangeiros no Brasil, com recursos aplicados na ordem de US$ 500 bilhões, valor que cresceu 30% entre 2020 e 2024 e que deve seguir se expandindo, especialmente com aportes em mineradoras, para garantir o fornecimento de minerais críticos para a Europa.[9]

> O livre-comércio, vale dizer, não tira empregos; ele desloca empregos, uma vez que nutre a eficiência, aumenta a concorrência e promove o crescimento

Os países vencidos foram: França, Polônia, Hungria, Austrália e Irlanda – e a Bélgica, que se absteve. Alemanha e Espanha foram as protagonistas. O grupo vencido, para impedir o acordo, precisava de quatro países contrários e uma representação de 35% da população. Mas como a Itália, antes contra o acordo, mudou de lado (seja porque viu a intervenção na Venezuela em 3/1/2026, seja por ter antecipado subsídios de R$ 286 bilhões e conseguido a flexibilização da recém-criada taxa de carbono sobre fertilizantes) o acordo foi aprovado na Europa no dia 9/1/2026, e **assinado no Paraguai no dia 17/1/2026** pela presidente do Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e pelos presidentes dos países do Mercosul. Insatisfeitos, os vencidos conseguiram judicializar o acordo junto ao Parlamento Europeu para protelar a sua entrada em vigor, o que pode levar até dois anos. Por isso, **em 21/1/2026, o acordo foi encaminhado ao Tribunal de Justiça da UE**.

A **demora no fechamento do acordo** em 9/1/2026 teve múltiplas razões. Citam-se algumas delas, tais como: o fato de até 2008 a UE priorizar a OMC; a adoção de medidas protecionistas de Cristina Kirchner, entre 2007 e 2015; a pandemia, ocorrida entre 2020 e 2021; e a ideologia cravada nos governos de esquerda de proteção à indústria (Mercosul) ou à agricultura (Europa). De certo, a política de fomento à concorrência nacional e internacional, ainda que aumente o bem-estar da população,[10] sempre foi criticada pela esquerda e apoiada pelos liberais.[11]

O fato é que o **acordo comercial** – o mais esperado dos três – precisa ser ratificado em cinco Parlamentos: o Europeu e o de cada país do Mercosul, observando que cada Estado-membro do Mercosul pode iniciar isoladamente suas tratativas com o bloco europeu. As tarifas negociadas serão válidas para todos, inclusive para aqueles que votaram contra. Os **acordos político e de cooperação**, por sua vez, precisam passar pelo Parlamento de cada um dos 31 países, mas não inviabilizam o acordo comercial. Em termos de cooperação há, para o Mercosul, US$ 2 bilhões destinados a comunidades locais, agricultores familiares e setores marginalizados.

Para o Brasil, o novo acordo levará a uma importante mudança estrutural (ainda que não no curto prazo, devido à eliminação gradual das tarifas) que, junto com a reforma tributária do consumo, fomentará

investimento, produtividade e competitividade. Além disso, espera-se que essa maior abertura modernize o ambiente de negócios e amplie a integração das cadeias globais de valor. **O livre-comércio, vale dizer, não tira empregos; ele desloca empregos, uma vez que nutre a eficiência, aumenta a concorrência e promove o crescimento**.

Duas perguntas seguem: a primeira, por que o PT deu um *cavalo de pau* na sua recorrente pauta protecionista e se empenhou em abrir a economia para 27 países europeus, patrocinando o acordo Mercosul-UE com veemência? A segunda, quais são as implicações do acordo para o Brasil?

Com relação à primeira pergunta. **Não foi por convicção que o PT apoiou o acordo**, pois seus economistas não acreditam na tese de que a concorrência externa amplia os ganhos das vantagens comparativas de cada país, fomenta a eficiência econômica e eleva o bem-estar social. **O apoio do PT ocorreu exclusivamente (e a contragosto) pelos riscos geopolíticos** e pela aplicação da Doutrina Monroe[12] (ou Donroe, de Trump!). Seja como for, os liberais festejam o apoio do PT ao acordo. **Que apoiem muito mais acordos bilaterais e multilaterais de livre-comércio**.

Com relação à segunda pergunta. Inicialmente, enfatiza-se que acordos de livre-comércio são bem-vindos. No caso particular do Mercosul, como a união aduaneira[13] tem tarifas externas comuns elevadas e trava cada Estado-membro de negociar unilateralmente; acordos comerciais, como o do Mercosul-UE, são a única forma de um Estado-membro ampliar a escala de seus mercados e integrar suas produções. **Os benefícios de uma abertura comercial vão além de preços menores e ofertas maiores; ela estimula a inovação, facilita a difusão tecnológica, impulsiona investimento e integra economias, com efeitos positivos para o crescimento econômico**. Além disso, neste caso, preservando valores como o respeito ao direito internacional, às instituições, ao Estado de direito, à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente.

> É fato que a concorrência pressiona por maior eficiência e a proteção comprime a busca por inovações, anestesiando a produtividade

O volume total de comércio é de cerca de U$$ 120 bilhões, que se divide de forma equilibrada entre os blocos. Espera-se que sejam contemplados no final do processo 91% dos bens e 85% do valor das exportações da UE para o Mercosul, e 95% dos bens e 92% do valor das exportações do Mercosul para a UE. Ainda assim, a senadora Tereza Cristina disse "**não ter sido o acordo dos sonhos, mas que foi o politicamente possível**". Isto porque o cronograma de eliminação das tarifas poderia ter sido mais célere e as salvaguardas (proteção temporária) poderiam ter sido menores.

Como a senadora representa o agro brasileiro, e este é mais competitivo do que o europeu, conclui-se que ela gostaria que fossem eliminadas no menor tempo possível as barreiras (tarifárias e não tarifárias) para as exportações nacionais. Do ponto de vista da indústria, contudo, ocorre sentimento oposto. Isso fica claro quando se observam os produtos transacionados entre os blocos. As exportações da UE para o Mercosul são dominadas por máquinas e equipamentos (28%), produtos químicos e farmacêuticos (25%), e equipamentos de transporte (12%). Já as do Mercosul para a UE se concentram em produtos agrícolas (43%), minerais (31%) e de celulose e papel (7%). Logo, o **Mercosul tem a indústria menos competitiva (mais frágil) e a Europa, o agro menos competitivo**.

Foram, portanto, pelos *lobbies* do agro europeu e da indústria sul-americana, por conseguinte, que o acordo Mercosul-UE ficou na gaveta por mais de 26 anos. Para amenizar o desconforto dos setores mais protegidos, o acordo previu transições longas e salvaguardas. Na **agricultura**, a redução europeia das tarifas tomará mais tempo (até 12 anos), enquanto as tarifas brasileiras diminuirão rapidamente. No caso da **indústria**, ocorre o oposto: as tarifas europeias serão reduzidas mais velozmente, mas as brasileiras tomarão até 15 anos (exemplo: indústria automobilística). A ideia é dar tempo para haver preparação às vantagens comparativas naturais.

Além disso, na fala da senadora tem outra mágoa. Além das **salvaguardas** negociadas em dezembro de 2025, por pressão do *lobby* europeu, foram inseridas outras, de última hora e bem obscuras. Estas permitem

suspensões temporárias de produtos agrícolas *sensíveis* (carne bovina, cordeiro, açúcar, aves, arroz e etanol) advindos do Mercosul, *caso prejudiquem os produtos europeus*, *prevendo uma investigação se o preço de um produto do Mercosul for pelo menos 5% inferior ao do mesmo item na UE, ou se o volume das importações isentas de direitos aduaneiros aumentar mais de 5%*. Pior. Para a UE aprovar o acordo, foram impostas inúmeras **regras sanitárias e relativas ao meio ambiente**, que trazem incertezas para o Brasil de forma despropositada. As exigências não coadunam com a real situação do país, que tem matrizes energética e elétrica extremamente limpas, uma agroindústria sustentável e importantes iniciativas no biometano e nos biocombustíveis.

Por sua vez, o *lobby* brasileiro conseguiu uma piora significativa nas **regras de origem**, hoje com proteção compreendida como uma das piores do mundo. Uma pena, pois era um tópico fundamental para alavancar a produtividade, via mais investimento europeu.

É fato que a concorrência pressiona por maior eficiência e a proteção comprime a busca por inovações, anestesiando a produtividade. Para a indústria, uma maior competição possibilitará compras de insumos mais baratas e de melhor qualidade e uma possibilidade para recuperar parques industriais defasados tecnologicamente. A proteção, que parece resguardar o emprego, o faz no curto prazo, pois, ao desestimular os investimentos, deprime o crescimento, logo o emprego no médio/longo prazo.

Deveras, pelas estimativas do Ipea,[14] o PIB crescerá 0,5%, 0,2% e 0,06%, respectivamente, para Brasil, Mercosul ex-Brasil e UE; decorrente de um aumento do comércio entre os blocos e de uma alta nos investimentos de 1,5%, 0,4% e 0,12%, respectivamente. **O Brasil, veja, é um dos países mais beneficiados.** Além disso, nenhum setor agregado é prejudicado, ainda que subsetores possam ser. É o caso da indústria de transformação, que no conjunto apresenta crescimento estimado até 2040 de 0,04%, mas o subsetor "máquinas e equipamentos" deverá decrescer 1%.

O fato, desta forma, é que, como o **agro brasileiro** está na fronteira das melhores práticas, o acordo beneficiará o país pelo **aumento de suas exportações** em quantidade e em valor. Para os setores menos competitivos, os ligados **à indústria brasileira**, por sua vez, o acordo trará ganhos para o país via **aumento de produtividade**, uma vez que haverá setores que forçosamente terão que se adaptar às tecnologias mais modernas para alcançarem a fronteira de produção. Excelente.

O acordo, em suma, é um catalizador para mudanças internas e estruturais profundas. O incômodo com a concorrência dará lugar à alegria pela integração produtiva, tecnológica e financeira; e pelos investimentos em infraestrutura e logística. Para além dos ganhos em eficiência econômica, o acordo também "blinda" os 31 países das incertezas da nova geopolítica. É por isso que se espera que os Congressos dos países do Mercosul aprovem dito acordo logo e que o Tribunal de Justiça "devolva" o texto para o Parlamento Europeu para este poder aprová-lo até o fim do 1º semestre de 2026. Sem dúvida, será uma das melhores respostas globais às medidas de Trump.

[1]De acordo com o *Global Economic Perspectives*. Disponível em: https://go.fgv.br/0GTl72RYGzY.

[2]O livro *O Mundo É Plano* de Thomas Friedman (2005) traduz o sentimento de globalização que prevaleceu até 2025, em que o comércio mais estreito encurtava as distâncias entre os países. Disponível em: https://go.fgv.br/glWCjTCtDXI.

[3]Exemplos não faltam, mas destacam-se a ONU (1945), a OTAN (1949), o FMI (1944), o Banco Mundial (1944), GATT (1947, tendo sido substituído pela OMC, em 1995), Unesco (1945), Unicef (1946) e OMS (1948).

[4]https://go.fgv.br/sMuJoeVEnQU.

[5]https://go.fgv.br/I1LnSbIzcB9.

[6]Ex-vice-diretora-gerente e economista-chefe do FMI, https://go.fgv.br/v879ALFrO7Q.

[7]Há diferenças entre Comissão Europeia e o Conselho Europeu. Resumidamente, a primeira é responsável pela negociação, pela propositura do texto e por manter os processos; e o segundo é o responsável pela votação e indicação de quem assinará o acordo. A presidente da Comissão chama-se Ursula Von der Leyen e o do Conselho, Antônio Costa.

[8]Maior do que o EU-Japão, EU-Canadá e o NAFTA.

[9]https://go.fgv.br/AWpk0I7e9Jp.

[10]Há inúmeras referências desde os clássicos [Ricardo, D. (1817). *On the Principles of Political Economy and Taxation*. London: John Murray], passando por livros-texto tradicionais [Krugman, P. R.; Obstfeld, M.; Melitz, M. J. (2018). *International Economics: Theory and Policy*. 11th ed. Boston: Pearson)] até alcançar publicações mais recentes [Panagariya, A. (2000). *Free Trade and Prosperity: How Openness Helps the Developing Countries Grow Richer and Combat Poverty*. New York: Oxford University Press].

[11]No texto *Todo liberal almeja desenvolvimento* (https://go.fgv.br/DE8Xput49On), pondero quais são as diferenças entre "liberais e os ditos desenvolvimentistas". Além disso, vale sempre lembrar que há uma diferença em ser *pró-mercado e pró-negócio*, como mostra Luigi Zingales em seus livros *A Capitalism for the People*; e, em coautoria com Raghuran Rajan, *Saving Capitalism from the Capitalists*.

[12]A Doutrina Monroe é um princípio da política externa dos EUA, proclamado em 1823, durante o governo do presidente James Monroe, em que dizia que "a América é dos americanos", não cabendo intervenção europeia.

[13]A criação do Mercosul ocorreu em 1991 com o Tratado de Assunção (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), mas a entrada em vigor da união aduaneira ocorreu em 1995, com a Tarifa Externa Comum (TEC).

[14]https://go.fgv.br/hWCD5RvROfE.

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt escreve a cada bimestre.